

Problemas com credores alemães

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

Um dos problemas que o negociador oficial da dívida externa, Pedro Malan, vai enfrentar na semana que vem, ao retomar a conversação com os bancos credores privados, é a insistência dos alemães em fazer valer a regra do acordo anterior que reservava US\$ 1,8 bilhão dos recursos alocados no chamado "acordo de dinheiro novo" — soma os projetos de "parallel financing", "cofinancing agreement" e "new money trade deposit facility" — para a conversão em investimento, fora do programa de privatização, pelo valor ao par dos títulos.

O governo chegou, na ocasião, a montar uma programação para a liberação gradual daqueles recursos, com o objetivo de diluir o impacto monetário da medida, mas a decisão acabou sendo interrompida logo no início. Os bancos alemães, principalmente, não querem

abrir mão do que consideram ser um direito já garantido no acordo anterior.

A questão foi levantada por eles durante a negociação dos juros atrasados, quando foi contornada com uma iniciativa no sentido de que o assunto seria reexaminado durante a negociação do estoque da dívida de médio e longo prazos.

A contra proposta do comitê de bancos, apresentada na semana passada a Malan, coloca a questão da conversão pelo valor de face daquele montante negociado em 1988, de modo a que ficaria de fora do novo acordo. A questão é delicada porque o governo não incluiu a hipótese da conversão da dívida na sua proposta, com exceção apenas da possibilidade de utilização dos títulos de crédito no programa de privatização, onde a taxa de deságio já é conhecida e está fixada no nível de 25%.

Malan terá de enfrentar também outro ponto delicado, na mesa de

discussões, relativo ao nível de "enhancements" — garantias reforçadas aos novos papéis propostos pelo Brasil em esquema de securitização da dívida velha. O governo brasileiro, conforme já contou o próprio Malan a este jornal, montou a estrutura de sua proposta com a perspectiva de poder contar com US\$ 2 bilhões de recursos destinados a "enhancements".

Desses, US\$ 630 milhões viriam de empréstimos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); US\$ 500 milhões seriam alocados com parte do financiamento que pretende obter a partir do acordo do tipo "stand-by" com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os demais US\$ 870 milhões viriam parte dos novos recursos que ingressariam com a adesão dos credores ao projeto do "new money bond" e o que faltar seria alocado, para fins de "enhancement", das reservas internacionais do País.